

**Intervenção de Encerramento da Conferência
VENCER A CRISE COM O ESTADO SOCIAL E COM A DEMOCRACIA,
organizada pelo Congresso Democrático das Alternativas
Lisboa, 11 de maio de 2013**

1. Um momento com profundo significado político e enorme gravidade

Estamos nesta Conferência porque temos consciência da gravidade do momento político. Estes são os dias da vingança dos que nunca toleraram que a parte da população portuguesa historicamente mais desfavorecida e mais desapossada fosse incluída entre os que dispõem de algum bem-estar, de expectativas de vida favoráveis, de segurança económica e social, de dignidade no trabalho, de acesso a bens públicos. Estamos nos dias da vingança dos que sempre tiveram um profundo ódio ideológico à redução das desigualdades, aos valores da equidade e da igualdade de oportunidades e a uma sociedade que dê valor à inclusão. Eles são os que adoram os mercados e uma sociedade de concorrência desenfreada e desconfiam das solidariedades organizadas com forma pública.

Quem faz isto é quem usa abusivamente o poder. Por isso, e pelas finalidades que prosseguem, perderam a legitimidade. E assentam a sua retórica de submissão em falsidades e falsificações. Entre as que têm servido para impor uma austeridade iníqua, cruel e destruidora há uma de especial brutalidade: a de que o Estado, o Estado Social, é a causa dos males da economia. Eles sabem tão bem como todos nós que não é assim. Sabem que o problema não é de eficiência, é de equidade e de dignidade, é de escolha de um modelo de sociedade. Mas insistem em nos enganar. A verdade é que, historicamente, o Estado se tornou social porque foi parte criadora do próprio processo em que as sociedades e as economias se desenvolveram, criaram riqueza e mobilizaram as capacidades de muitos para que todos fossemos mais capazes. Foi o Estado e foi com o Estado que as sociedades se industrializaram e urbanizaram, se dotaram de cidadãos educados e qualificados capazes de criar mais riqueza, que as economias se infraestruturaram e modernizaram para que as próprias empresas dispusessem de uma sociedade que lhes permitiu terem espaço e desenvolverem-se. Foi este Estado que abriu caminhos que mais contribuiu para que tivéssemos a economia que eles agora não querem que suporte o Estado. Porque o que eles querem é pôr a sociedade sob comando dos mercados e até dos especuladores.

2. A fratura social radical em curso

Quando se ataca o Estado da forma que se ataca, já não é de níveis mais ou menos elevados de proteção ou desproteção social que estamos a falar – é da deliberada exclusão, da condenação de muitos a uma não-vida. O que se está a passar com os desempregados que assim nunca terão emprego, com muitos pensionistas ou com os carenciados de proteção social é dizer-lhes “estão excluídos”, não fazem parte do país. E isto é ignóbil. Já não é de ajustamento ou racionalização – é de retirar a muitos a simples ideia de que ainda têm futuro. Na verdade, as ideias de futuro em que todos confiámos estão-nos a ser retiradas,

estão a ser insidiosamente minadas. Já não é de eventual reequilíbrio entre os princípios da iniciativa pública, privada ou social e cooperativa que estamos a falar – é de criar uma sociedade de mercados, de acesso a bens e serviços vitais apenas através do dinheiro, excluindo-se assim os que o não tenham.

É em tudo isto que consiste a fratura social que se está a querer criar. É por tudo isto que a questão de Estado social é o combate político essencial dos nossos dias. E foi por isto que o CDA nos convocou para esta Conferência e que fez deste assunto o ponto primeiro da sua atividade.

3. O contributo do CDA para a convergência e alternativa

O Congresso Democrática das Alternativas constitui-se porque era preciso responder ao caminho de empobrecimento do país, demonstrar onde está o problema crucial do nosso país neste momento, apontar os denominadores comuns de uma alternativa esquerda e exigir a convergência das forças progressistas, em nome desses valores. O problema está num memorando que visa deliberada e friamente empobrecer o país e tornar-nos a todas coisas baratas. E este continua a ser um ponto central para compreendermos o que nos rodeia e para sabermos o que é preciso fazer.

Estamos sufocados por uma dívida iníqua, tornada insuportável pelo crise financeira e por uma Europa que entregou tudo aos mercados e se tornou sua apóstola, uma Europa que assim se fraturou, condenando insidiosamente as periferias. É esta dívida que tem de ser renegociada e reestruturada e não continuamente aumentada através de operações de subordinação e hipoteca permanente a que chamam “ida aos mercados”, coisa que poder agradar a um ministro das finanças nomeado (sim, nomeado, ele não foi eleito “coisíssima nenhuma”...) pelas instâncias mais liberais e mais ortodoxas da governação bancária europeia, mas não pode agradar a mais ninguém.

A pergunta elementar é esta: vimos nós alguma mudança de objetivos, em nome do crescimento e do emprego, no regresso aos mercados? Não. Vimos que essa ida assenta exatamente nas condições de austeridade e asfixia que têm feito a nossa desgraça. Vão aos mercados porque puseram Portugal sob fogo. Vão aos mercados reforçando os condicionalismos que empobreceram os portugueses e hipotecando Portugal num longo futuro sem futuro. A ida aos mercados é, na realidade, o segundo resgate, mais violento que o primeiro porque implica destruir a Estado, isto é, destruir a própria capacidade coletiva nacional para agir e reagir.

São estas coisas que estão profundamente ligadas: manter a troika mesmo no chamado período “pós-troika”, tornar visceral os condicionalismos desumanos sobre a sociedade e a economia através do capitalismo de pilhagem que os mercados comandam, desfazer quaisquer laços que permitam uma resposta coletiva, preocupada com os portugueses. Tudo isto está ligado. E é no avesso de tudo isto que estão as alternativas.

Foi também para demonstrar a robustez dos denominadores comuns e a urgência de um alternativa de convergência que desde sempre afirmámos que esta Conferência se reuniu. Por isso mesmo, queremos continuar a demonstrar que é intolerável que, perante tudo o que está a acontecer, essa mesma esquerda, a grande esquerda portuguesa, não assuma esses denominadores que exigem tal

convergência. Trata-se de recusar este governo e de dizer que é urgente que a esquerda governe, em nome do povo e para o povo.

4. O Estado social como principal agenda de convergência e alternativa em Portugal, hoje

Querem-nos coletivamente pobres depois de nos tornarem individualmente pobres. O ataque ao Estado social é a violência redobrada sobre todos nós. Sim, porque este Estado que eles atacam é o da solidariedade, da qualificação e do desenvolvimento. É este o nosso Estado, aquele que nós defendemos. Não o Estado predador que os poderosos sempre cooptaram para servir os seus interesses; não o Estado predador que o cavaquismo e os seus herdeiros bem conhecem. Esse é outro Estado, o que lhes serve apenas a eles. Esse não o atacam, protegem-no. A bandeira de um Estado social democrático é uma bandeira de dignidade e de soluções. É a nossa bandeira!

Demonstrámos nesta Conferência duas coisas decisivas: que a ação destruidora do Estado é mais recessiva e devastadora da sociedade portuguesa do que a primeira vaga de austeridade; que o papel do Estado não significa apenas agir para proteger os desamparados e pugnar pela redução das imensas desigualdades deste país. A ação do Estado também é crucial para relançar e pôr a funcionar a própria economia.

Já se disse, historicamente o papel do Estado nas sociedades desenvolvidas ou em desenvolvimento foi exatamente o de lançar as condições para a criação de riqueza. Ao contrário do que dizem os liberais, o Estado usou a riqueza (redistribuiu-a) porque fez o que era necessário fazer para a criar. E, ao redistribuí-la, criou condições para mais criação de riqueza. Tem sido esse o papel essencial do Estado na economia e esse é agora o seu papel essencial quando tudo o resto está desfeito parado, e quando os apaniguados do capitalismo financeiro apenas agem para transferir mais e mais da pouca riqueza que se cria para os bolsos dos poderosos, alguns deles sem rosto.

O Estado é músculo da sociedade e da economia quando assegura emprego qualificado (sim, emprego onde o lugar do Estado é crucial: na educação, na saúde, na segurança social, na justiça, na ciência, nas funções de soberania); quando impõe normas de dignidade nas relações laborais (sim, quando impede o capitalismo sem lei que nunca gerou progresso); quando assegura a redistribuição do rendimento que ajuda a economia a funcionar; quando investe (sim, quando investe) estimulando a economia e unindo a sociedade. E vale a pena lembrar que os efeitos multiplicadores positivos da ação pública são enormes. Assim com enormes são os efeitos negativos da sua destruição. Isso vê-lo-íamos todos nós se o nosso acesso à saúde, à educação ou ao bem-estar depois da vida ativa se fizesse através os mercados lucrativos que eles querem que sejam a norma.

Uma economia, uma sociedade, sem uma autoridade pública que defina normas dignas, que aponte padrões de vida e de relacionamento social ou laboral, que qualifique a administração da vida coletiva, que incentive e estimule o emprego é uma sociedade medíocre, é uma sociedade que não se recompõe, desfaz-se. É

uma sociedade vilmente dominada por mercados sem rosto e por lógicas de pilhagem.

Ora, quando se atacam as funções sociais do Estado, se desmerece o papel crucial da Administração Pública, se quer retirar o Estado do seu papel decisivo na salvaguarda dos direitos e na defesa relações sociais e laborais justas, se menospreza a função de investimento em capital fixo social (isto é, nas infraestruturas de toda a ordem que modernizaram o país e impedem os eu colapso) – quando se faz tudo isto, desprotegem-se os cidadãos e enfraquece-se a economia. É por isso que o Estado é músculo. Sem ele temos uma sociedade de exclusão e uma economia de coisas baratas, medíocre.

Porque é que atacam assim o Estado Social? Certamente porque são liberais sem dó e gente obcecada ideologicamente. Mas também por outra razões decisiva. Porque querem entregar tudo aos mercados. Mais do que isso, porque querem usar o Estado para o apear e a partir do Estado viabilizarem mercados em domínios que devem ser de provisão pública, pondo o povo sob o comando do lucro – do lucro à custa do nosso bem-estar, da nossa felicidade, das nossas próprias vidas. Para isso sim, para fazer a engenharia social que de outro modo não conseguiriam realizar, o Estado interessa-lhes. São gente de um capitalismo selvagem, agressivo, ignorante. Um capitalismo que só incluirá o povo para o explorar e desvalorizar.

O Estado social é o ponto decisivo da agenda política progressista dos dias de hoje em Portugal. É com essa agenda que se exerce a recusa e se desenvolve um combate claro ao que é preciso designar de forma também clara – capitalismo selvagem, capitalismo que nos quer desvalorizar em tudo e a todos; capitalismo de asfixia!

O CDA está consciente do significado dos seus apelos de convergência e alternativa. Temos consciência de que, quando nos reunimos em 5 de Outubro passado, numa jornada vibrante, mudámos as ideias dominantes em Portugal. Impusemos uma agenda que estava soterrada pela violência liberal e pelos desentendimentos da esquerda. Mas também sabemos que isso não basta. Primeiro, porque quem domina é ágil a recuperar a retórica e a encobrir o essencial com falsas ideias novas. Depois, porque as alternativas – apesar de sólidas – tendem a ser desmerecidas por muitos. De seguida, porque ainda não chegámos ao dia em que a esquerda aposte em governar em nome do povo e alise as barreiras que a afastam de si mesma.

Por isso, há um ponto em que insistiremos até que a voz nos doa: os denominadores comuns da esquerda são muitos e é urgente assumi-los. É com eles que se resgata Portugal. Põem em lugar cimeiro a dignidade e o valor do trabalho. Recusam o empobrecimento individual e coletivo. Denunciam uma economia ao serviço dos credores que nos lançaram numa trajetória maldita. Exigem uma Europa capaz, em vez de um euro de destruição.

E, se era preciso mais um denominador, oferecido pela desgraçada arrogância liberal, ele aí está: precisamos de reagir ao ataque ao Estado social que hoje aqui denunciámos. Um Estado social de resposta à crise e por cuja urgência clamámos. Porque nós não somos apenas defensistas. Claro que é tarefa nobre defender um Estado social em que todos investimos. Mas nós também sabemos que o Estado social é o núcleo fundamental de uma alternativa. É com ele e com a

democracia que se vence a crise. As solidariedade coletivas honram um povo e são condição para que o país não se desagregue. E uma autoridade pública democrática que aja perante a sociedade é condição de superação da crise.

É para tudo isto que renovamos a nossa exigência de convergência da esquerda. É com tudo isto que declaramos o mais forte dos programas alternativos. Um programa que denuncie o memorado, renegoceie a dívida numa perspectiva de longo prazo e de sujeição às necessidades de desenvolvimento do país, de devolução da dignidade ao trabalho, de reafirmação do valor dos direitos. No centro de tudo isto, em nome da democracia, um Estado social ativo e capaz para vencer a crise.